

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA**
Entrada nº: 170
Data: 26 JUL 2017



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

25.07.2017

ASSUNTO: Proposta n.º 619-P/2017

“Reconhecer e declarar como relevante Interesse Público Municipal a regularização da exploração pecuária do requerente Manuel António Inácio & Filhos, Lda.”.

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, solicito a V. Exa. que submete a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima indicada, aprovada na reunião da Câmara realizada a 25 de julho de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Basílio Horta



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

5

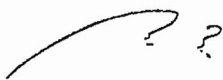
Nos termos do Art.º 57.º, n.º3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 25-07-2017**.

Proposta nº 619-P/2017, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO: *Aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 25 de julho de 2017.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora



Helena Saraiva



PROPOSTA N.º ⁶¹⁹ - P / 2017

Considerando que o Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, estabeleceu com carácter extraordinário, o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo;

Considerando que a impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas pode inviabilizar a concretização de projetos de investimento e de criação/manutenção de emprego no concelho;

Considerando ainda que os pedidos de regularização das atividades económicas são apresentados às entidades coordenadoras ou licenciadoras e que quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, devem ser instruídos com deliberação fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização do estabelecimento ou instalação emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara;

Considerando que o requerente **Manuel António Inácio & Filhos, Lda**, instruiu junto desta Câmara o pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para regularização das instalações afetas à exploração pecuária de criação de bovinos e indústria de leite e derivados, com o CAE – 01494 e 10510., autuado sob o processo CT/1825/2015/IM, sitas em Barreira, no prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do registo Predial de Sintra sob o número 8061 e inscrito na matriz cadastral sob o

Reunião de

25 JUL. 2017

Doctº Agendado com o
Nº 5

artigo 137, da secção L, da freguesia de S. João das Lampas, União das Freguesias da Terrugem e S. João das Lampas, tendo instruindo o respetivo processo de acordo com o quadro normativo acima referido;

Considerando ainda que realizada a Conferência de Serviços, ao abrigo do Despacho nº 9 – P/2015, de 21 de janeiro, os serviços municipais representados, GAEM, GPDM e GMVM se pronunciaram no sentido de ser emitido parecer favorável à pretensão do requerente;

Ponderados os interesses económicos, sociais e ambientais em presença, é de todo o interesse do Município manter a empresa no concelho, sendo inviável economicamente a sua deslocalização para outro local.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização da exploração pecuária do requerente Manuel António Inácio & Filhos, Lda, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.

Paços do Concelho de Sintra, 2 de 02 de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



Basílio Horta

Reunião de

25 JUL, 2017

Doctº Agendado com o
Nº 5

Assunto: CT/1825/2015/IM - Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro - Manuel António Inácio & Filhos, Lda. - SM/12098/2015.

<p>Parecer: concordo. A consideração do Exm.º Senhor Presidente. A Diretora do Departamento de Gestão do Território (Lina Catarino) 2017 07 07</p>	<p>Despacho: Concl. 21/7/17</p>
---	--

De: Helga Boal Ventura - DGT

Para: Exma. Senhora Diretora do Departamento de Gestão do Território, Arqta. Lina Catarino.

Em 18.12.2015, veio Manuel António Inácio & Filhos, Lda., instruir, junto dos serviços municipais, um pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização das suas instalações afetas à exploração pecuária de criação de bovinos e indústria de leite e derivados, com o CAE - 01494 e 10510, sitas em Barreira, no prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do registo Predial de Sintra sob o número 8061 e inscrito na matriz cadastral sob o artigo 137, da secção L, da freguesia de S. João das Lampas, União das Freguesias da Terrugem e S. João das Lampas.

Do Enquadramento Legal da Pretensão

O Decreto - Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, atenta a impossibilidade de regularização ou licenciamento das alterações pretendidas e a consequente impossibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental, bem como da limitação de projetos de investimento e criação de emprego, aprovou o **Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de**

Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Regime Jurídico que visa criar um mecanismo que permita avaliar a regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido face às condições atuais da actividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

E que é, também, aplicável aos estabelecimentos e explorações sem título válido de instalação ou exploração ou exercício de atividade, incluindo os desconformes com os Instrumentos de Gestão Territorial vinculativos dos particulares, ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública, ou, ainda, estabelecimentos e explorações com título válido cujas alterações ou ampliações não sejam compatíveis com os supra mencionados IGT(s) ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

São requisitos de aplicação do presente regime, o exercício da atividade por um período mínimo de dois anos ou estando a atividade suspensa, ter a suspensão ocorrido há menos de um ano, com exceção das situações em que a suspensão foi autorizada pela entidade licenciadora, por um período máximo de três anos.

O pedido de regularização das atividades económicas objeto do presente diploma deve ser instruído com Deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do preceituado na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decereto-Lei n.º 165/14, quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.

O pedido para obtenção da deliberação de reconhecimento de interesse público municipal, deve ser instruído pelo interessado, que deve juntar os elementos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 4 e nas alíneas a) a c), g) a i) e n) do n.º 5 do artigo 5.º do diploma *sub judice*, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

Reunião de

25 JUL, 2017

Doctº Agendado com o
nº



Reunião de

25 JUL. 2017

Informação – Proposta n.º SM/27625/2017

Doc.º Agendado com o
Nº 5

Do Pedido

O requerente deu entrada do pedido para Declaração de Interesse Público Municipal, com vista à regularização e licenciamento da exploração pecuária e das construções existentes, sitas em Barreira, localizadas no prédio rústico descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra, sob o número 8061 e inscrito na matriz cadastral sob o artigo 137, da Secção L, de S. João das Lampas, União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem.

A exploração pecuária está localizada num terreno com a área de 29.360,00m², em Classe de Espaço Agrícola de Nível 2 e Cultural e Natural de Nível 1, na Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Sintra. O terreno está, ainda, em Reserva Ecológica Nacional, em área abrangida por restrição - áreas ardidas 2005-2013 ICNF e pela servidão aeronáutica militar da Base Aérea n.º 1.

Nos termos das disposições do artigo 31.º do Regulamento do PDM, a exploração não cumpre, designadamente, o âmbito das atividades permitidas na Classe de Espaço Cultural e Natural de Nível 1, o índice máximo de ocupação e de construção e de impermeabilização do solo. Também não cumpre o dimensionamento do estacionamento definido nos termos do artigo 43.º do regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Sintra.

Realizadas conferências de serviços, ao abrigo do Despacho n.º 9-P/2015, de 21 de janeiro, em 28.07.2016 e em 11.05.2017, os serviços (GPDM e GAEM) pronunciaram-se no sentido de ser emitido “(...) parecer favorável, de acordo com as informações técnicas em anexo, devendo sempre ser garantida a criação de uma barreira arbórea, a requalificação do edificado existente e a existência de infraestruturas, a verificar posteriormente em sede de pedido de regularização industrial e licenciamento de operação urbanística.” e favorável condicionado (GMVM), respetivamente.

O requerente instruiu o seu pedido com os elementos previstos no n.º 4 DO ARTIGO 5.º do Decreto-Lei N.º 165/2014 no Manual de Procedimentos para a Regularização elaborado pela DM-APG e, ainda, os previstos no n.º 5 do citado artigo, para ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença.

O estabelecimento que se pretende legalizar está em atividade desde 2001, possui, atualmente, 2 postos de trabalho, prevendo a criação de mais postos, após a regularização

das instalações. A faturação da empresa em 2012 foi de € 246.380,92, em 2013 de 228.787,16 e em 2014 de 238.013,26 euros.

Em 24.11.2016, foi solicitada, à DPMF, que informasse as condições das construções existentes e a sua integração na envolvente, cheiros incómodos, usos habitacionais na envolvente, reclamações da vizinhança e juntasse levantamento fotográfico do local.

Em resposta às questões suscitadas a Divisão de Polícia Municipal e Fiscalização, através do SM/50975/2016, após visita ao local, efetuada em 02.12.2016, informou que:

“- As construções existentes apresentam um estado de precariedade, com alvenarias por rebocar, cobertura em chapa e sem garantias de estabilidade;

- As construções estão inseridas numa zona rural sem edifícios habitacionais na sua envolvente;

- De acordo com a informação anteriormente prestada pela área “A” desta DPMF, não existe qualquer processo de embargo, ou outros, relacionados com esta empresa no referido local;

Entende-se que se deveria solicitar parecer ao GMVM (Gabinete Médico-Veterinário) sobre as condições médicas ou sanitárias em que se encontram os animais.”

Em conferência de serviços realizada em 11.05.2017, veio o Gabinete Médico Veterinário Municipal emitir parecer favorável condicionado, de acordo com Relatório de Vistoria Técnica - SM 9154/2017, realizada em 12.01.2017.

A declaração de interesse municipal será condicionada:

- À observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente, à reformulação do edificado existente que deverá ser delineado, executado e mantido de forma que contribua para a dignificação e valorização estética do conjunto onde se integra. Não poderão manter-se quaisquer construções suscetíveis de comprometer, pela localização, aparência ou proporções a beleza da paisagem;
- Á elaboração e execução de projeto de espaço exterior que inclua a criação de cortina verde para atenuar o impacto negativo paisagístico que a instalação produz na paisagem;
- Ao emparcelamento dos terrenos objeto deste pedido;

Reunião de

25 JUL. 2017

Doctº Agendado com o
Nº 5



- À criação de uma barreira arbórea, a requalificação do edificado existente e a existência de infraestruturas;
- Ao cumprimento da demais legislação, normas e regulamentos técnicos e urbanísticos aplicáveis, a verificar aquando da apresentação do respetivo procedimento de controlo prévio, nos termos do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;
- Ao cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 48/2001, 10 de fevereiro, relativamente ao alojamento dos vitelos, pormenorizado no parecer do Gabinete Médico Veterinário Municipal;
- Ao registo da exploração da atividade pecuária em conformidade com as disposições legais do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho;
- A parecer da APA, IP, no que concerne à ausência de sistema de efluentes e ao encaminhamento dos mesmos para uma lagoa, localizada junto a uma linha de água, em desconformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º da Portaria n.º 638/2009, de 09 de junho, que estabelece as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária, ou atividades complementares, de animais das espécies bovina, ovina e caprina nas explorações e nos núcleos de produção de bovinos (NPB) ou núcleos de produção de ovinos e caprinos (NPOC), bem como nos entrepostos e nos centros de agrupamento autorizados para estas espécies animais, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto -Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro.

Conclusão / Proposta

Encontrando-se o processo corretamente instruído, de acordo com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, tendo obtido parecer favorável do **Gabinete de Apoio Empresarial**, do **Gabinete do Plano Diretor Municipal** e favorável condicionado do **Gabinete Médico Veterinário Municipal**, de acordo com a **informação técnica da Divisão de Gestão e Licenciamento**, de **31.05.2017**, plasmada no SM/12098/2015, propõe-se a remessa do presente processo à consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para que, em caso de concordância:

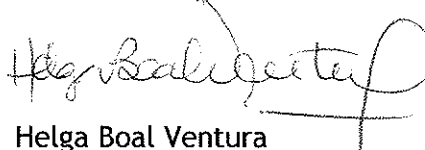
Seja o presente processo remetido a reunião de câmara para deliberar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público municipal na

legalização das instalações da requerente, Manuel António Inácio & Filhos, Lda, tendo por base os fundamentos de facto e de direito constantes do processo, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.

À consideração Superior,

Sintra, 05 de julho de 2017

A Jurista,



Helga Boal Ventura

Reunião de

25 JUL. 2017

Docto Agendado com o
Nº 5